



MINUTA DE EDITAL

| | | | |
|---|---------------------------------------|--|-----------------------|
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº48/2025 | | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1000/2025 | | | |
| RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO | | | |
| Abertura da Sala de Disputa: 30/09/2025, às 10:00h (horários de Brasília), no sítio: https://licitanet.com.br/ . | | Limite para solicitação de esclarecimentos e impugnação: Até 3 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. | |
| Encerramento do prazo para cadastro das propostas: Até o momento que antecede a abertura da Sessão pública. | | | |
| O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), abrangendo implantação, configuração e suporte de solução Next Generation Firewall (NGFW), segurança eletrônica, privacidade e proteção de dados, segurança da informação e cibernética pelo período de 06 (seis) meses, através de Pregão Eletrônico, aos moldes da Lei 14.133/21. | | | |
| VALOR TOTAL ESTIMADO R\$168.010,02 (Cento e sessenta e oito mil, dez reais e dois centavos.) | | | |
| FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS | VISITA TÉCNICA | MINUTA DE CONTRATO | |
| NÃO | NAO | SIM | |
| TIPO DA LICITAÇÃO | MODO DE DISPUTA | INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES | |
| MENOR PREÇO POR ITEM | ABERTO | R\$10,00 | |
| Os documentos de habilitação são os constantes anexo II do edital. | | | |
| LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A ME/EPP? | RESERVA DE COTA PARA A ME/EPP? | PRIORIDADE PARA A ME/EPP LOCAL OU REGIONAL? | EXIGE AMOSTRA? |
| NÃO | NAO | NAO | NÃO |
| Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro | | | |
| Telefone para contato: 69 3641-2463 | | E-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br | |



PREGÃO ELETRÔNICO Nº48/2025 Processo Nº:1000/2025

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Data da Abertura: 30/09/2025

Horário para Início da Sessão: 10:00h(Brasília-DF)

Local: No endereço eletrônico www.licitanet.com.br

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DOESTE, através do(a) Pregoeiro(a) Oficial, designado(a) pelo Decreto 10.979/2025, com sede na Av Brasil 3044, - Bairro: Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - Estado de Rondônia torna público que, devidamente autorizada pelo Prefeito Municipal, na forma do disposto nos processo administrativo n.º 1000/2025, que no dia, hora e local indicados no presente edital, será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO** julgado pelo valor do **ITEM**, realizado por meio da internet, no site: www.licitanet.com.br.

Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro ou à Comissão com relação aos mesmos.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

- * Endereço: Av Brasil 3044- Bairro Redondo – Alta Floresta D Oeste - RO
- * Pregoeiro(a): **Celia Ferrari Bueno**
- * E-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br
- * Fone/Fax: 69 3641-2463

Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente nos sites: www.Altafloresta.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.altafloresta.ro.gov.br/portalttransparencia/licitacoes>) e www.licitanet.com.br, bem como no Mural da Prefeitura de Alta Floresta DOeste, Associação Rondoniense dos Municípios/AROM (www.diariomunicipal.com.br/arom)".

1. CONDIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.
- 1.3 Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste- Rondônia.
- 1.4 Todos os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília – DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

2. DISPOSIÇÕES LEGAIS

- 2.1 O certame será regido pela Lei nº 14.133, de 2021, com aplicação subsidiária do Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023 e ainda



pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078 de 11/09/90), Lei Complementar 123/2006 e 147/2014 e do disposto no presente edital.

3. DO OBJETO

Contratação de empresa/profissional para Prestação de Serviços Técnicos na área de Contabilidade da Administração do Município, pelo prazo de 12 (doze) meses

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

4.1 A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:

4.2 Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas no site www.licitanet.com.br.

4.2.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.

4.2.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: www.licitanet.com.br

b) O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

4.3 A **LICITANET** atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste-RO.

4.4 A **ME, EPP, MEI ou EIRELI**, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate (art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06).

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e demais cominações legais.

4.6 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

4.7 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste-RO, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.



4.8 Não poderão participar desta licitação:

- I. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- II. Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- III. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- IV. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município de Alta Floresta D Oeste;
- V. Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com o Município de Alta Floresta D Oeste;
- VI. Empresa punida com suspensão temporária do direito de licitar e contratar, por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição¹.
- VII. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (conforme Art. 14, Inc. IV da Lei 14.133/21).

4.9 A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

4.10 Serão aceitas somente cópias legíveis.

4.11 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

4.12 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

4.13 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

4.14 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

4.15 O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



4.16 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/06, 147/2014, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1 Nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos e as informações adicionais que se fizerem necessárias para a elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, manifestando-se através do Sistema **LICITANET** ou ainda via e-mail cpl@altafloresta.ro.gov.br, (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX69) 3641-2463), ou ainda, protocolar o original junto a CPL, situada na Av Brasil 3044 - Bairro: Redondo - em Alta Floresta D Oeste/RO - CEP: 76.954-000, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07:30h às 13:30h (Horário de Rondônia), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, ano e número do processo licitatório.

5.1.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, disponibilizados publicamente a todos os interessados.

5.3 Nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, os pedidos de Impugnação deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, manifestando-se através do Sistema **LICITANET** ou ainda via e-mail cpl@altafloresta.ro.gov.br, (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX69) 3641-2463, ou ainda, protocolar o original junto a CPL, situada na Av Brasil 3044 - Bairro: Redondo - em Alta Floresta D Oeste/RO - CEP: 76.954-000, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07:30h às 13:30h (Horário de Rondônia), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, ano e número do processo licitatório.

5.3.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

5.3.2 A decisão do Pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação) e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site LICITANET, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

5.3.3 Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

6. DO CREDENCIAMENTO



6.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.licitanet.com.br.

6.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3 O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na **alínea “a” do subitem 4.2.2.**

6.4 O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

6.5 A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

6.6 As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633** ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

6.7 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.8 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.9 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

6.10 Para que possam participar do presente pregão (*Como ME-EPP-MEI*), bem como gozar dos demais benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que a microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) ou ainda o microempreendedor individual (MEI), no campo próprio trazido pelo sistema, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

7.1.1 Quando do julgamento por Item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.

7.1.2 Quando do julgamento por Lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote desejado, sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.



7.1.3 Quando do julgamento Global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de invalidação da proposta.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

8.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. Valor unitário e total dos itens;
- II. Marca;
- III. Fabricante;
- IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

8.3 A etapa de encaminhamento da proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.

8.4 O envio da proposta ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

8.5 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

8.6 A falsidade da declaração de que trata o 8.5 sujeitará a infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6.1 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.6.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

8.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.8 Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.

8.9 As propostas de preços registradas no Sistema **LICITANET**, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

8.10 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.



8.11 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.

8.12 Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no preâmbulo deste edital, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

9.1.1 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "CADASTRO DE PROPOSTA" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.2 Os lances serão realizados em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/21 Art. 56 inc. I e II, no modo de disputa **ABERTO** ou **ABERTO E FECHADO**, conforme definido e cadastrado no sistema da Plataforma LICITANET;

9.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o Pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.

9.3.1 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

9.3.2 Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do §2º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.4 AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO DURANTE A FASE DE LANCES, SOB PENA DE SEREM **DESCLASSIFICADAS** DO CERTAME PELO PREGOEIRO.

9.5 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital.

9.6 Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS E/OU LOTES** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.



9.6.1 Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o melhor valor ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

9.6.2 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

9.7 A abertura e da fase de lances “via Internet” será feita pelo Pregoeiro, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa definido no Item 10.

9.8 As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

9.9 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances;

9.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

9.11 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

9.12 Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

9.12.1 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item/lote**;

9.12.2 O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexecutável durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DECLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1 No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO**, nos termos do Decreto Federal de nº 10.024/2019.

10.2 **Modo de Disputa Aberto** (Inciso I, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.2.1 O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de R\$0,01 (um centavo) menor que o valor do último lance.



§ 1º - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

§ 2º - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal 10.024/2019, mediante justificativa.

10.3 Modo de Disputa Aberto e Fechado (Inciso II, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

§ 1º - Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º - Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º - Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

11. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

11.1 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1.1 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

11.1.2 Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

12. DO DESEMPATE



12.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei Municipal 3.696/2016, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60º da Lei nº 14.133, de 2021, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses.

12.1.1 Serão aplicados os mesmos critérios de desempate caso não haja envio de lances na fase competitiva, sendo a proposta inicial considerada como vinculatória caso não tenha sido retirada. (Art. 26, § 6º do Dec. 10.024/2019)

12.2 Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.2.1 Na modalidade de pregão, o intervalo percentual será de **5% (cinco por cento)** superior ao melhor preço;

12.2.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.3 Em caso de empate entre empresas não declarantes ME/EPP, o sistema automaticamente verificará se existe empresa declarante ME/EPP cujo valor de seu lance é maior ou igual que o lance empatado, mais 5% (cinco por cento).

12.3.1 Caso não exista ou estas não manifestarem interesse persistindo o empate, o sistema desempatará o certame através de sorteio.

12.3.2 Caso exista, o sistema automaticamente convocará a empresa declarante mais bem classificada para apresentar um lance final. Se o valor deste lance for inferior àquele considerado vencedor do certame, o sistema dará como vencedora esta empresa;

12.3.3 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

12.4 Ocorrendo o empate na disputa de itens de Participação Exclusiva ou Cotas Reservadas para ME/EPP/MEI, quanto à preferência das empresas declarantes ME/EPP/MEI sediadas local, regional ou Estadualmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme Item 12 do presente edital.

12.4.1 Caso as empresas empatadas possuam o mesmo critério de preferência, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

13. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.



§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.2 Após finalização dos lances, negociações e atualizações dos preços, o Pregoeiro examinará a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SECRETARIA, bem como, se o valor unitário e total se encontram com no **máximo 02 (duas) casas decimais**;

13.2.1 O Pregoeiro não aceitará proposta final cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor responsável. Vide art. 59 inciso III da lei 14.133/21.

13.2.2 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar para atualização do referido valor, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

14. DA PROPOSTA DE PREÇOS

14.1 Se a proposta de preços não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

14.2 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

14.2.1 A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

14.3 O pregoeiro poderá solicitar PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS OU LINKS OFICIAIS do objeto, objetivando avaliar a compatibilidade do item ofertado, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado;

14.4 Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

14.4.1 Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

14.4.2 Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

14.4.3 Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, o pregoeiro se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

15. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

15.1 A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se **no Anexo II** deste edital.



15.2 A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

15.3 A consulta deverá comprovar que o licitante se encontrava regular na data marcada para abertura das propostas.

15.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

15.6 A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste de informações inverídicas.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1 Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Documentação de Habilitação elencada no Anexo II do presente edital, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas, conforme o § 2º do art. 38 do Decreto Federal 10.024/2019.

16.1.1 A critério da administração, poderá o prazo limite ser prorrogado por igual período, de forma justificada.

16.2 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar também a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida na forma do **Anexo IV – Modelo de Proposta Definitiva**.

16.2.1 O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

16.2.2 Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.

16.3 A proposta Final corrigida e atualizada ao último valor ofertado terá validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de sua entrega.



16.4 O preenchimento da Proposta Final deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos.

16.5 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006).

16.6 Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, conforme disposto no Art. 43 do Decreto Federal 10.024/2019, inclusive quando a legislação ou o edital exijam apresentação de planilha de composição de preços.

16.7 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

16.8 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO.

16.9 A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo Pregoeiro via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

16.10 Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

16.11 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

16.12 Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

16.13 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.13.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.13.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 2º do artigo 90 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.



16.14 A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

16.15 Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

16.16 Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dúbio ou pouco objetivo, o pregoeiro poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

16.17 Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o Pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

17. DOS RECURSOS

17.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2 Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo de **10 minutos**, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.

17.3 A falta de manifestação, imediata e motivada, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.4 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

17.5 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceito deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias conforme previsto no § 2º do art. 165 da Lei nº 14.133, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões previstas no § 4º do art. 165 da Lei nº 14.133, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

17.6 Os recursos serão dirigidos à Secretaria solicitante, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em até 10 (dez) dias úteis ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informados, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.7 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.8 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



17.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da CPL, na Sede do Município de Alta Floresta D'Oeste-RO, no endereço mencionado anteriormente.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES e encaminhará os autos para ADJUDICAÇÃO pela autoridade competente.

18.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante da sua recusa, aos licitantes remanescentes.

18.1.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

18.1.3 Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, haverá prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

18.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

18.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro e efetuada pela Autoridade Competente.

18.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e será realizada depois da adjudicação.

18.5 Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

18.6 Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

19. DA COMUNICAÇÃO COM O FORNECEDOR

19.1 A convocação da licitante será feita através da emissão e encaminhamento da Ata de Registro de Preços e ordem de fornecimento ou outro termo equivalente, à Adjudicatária.

19.2 A convocação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo contrato ou documento equivalente, para impressão, assinatura e devolução via postal. Através do mesmo endereço eletrônico, a CONTRATANTE enviará as comunicações necessárias durante a vigência contratual.

19.3 O prazo para assinatura e envio será de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail, nos termos do art. 90 da lei 14.133/21.



19.4 A adjudicatária localizada na cidade de Alta Floresta D'Oeste - RO poderá facultativamente entregar na sede da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste, localizada à Av Brasil 3044, bairro redondo, no prazo acima estabelecido.

19.5 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa dos documentos por via postal, para assinatura da adjudicatária.

19.6 As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo contratado.

19.7 A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

19.8 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor. (§ 2º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021).

19.9 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19.10 Nos termos do § 4º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item **20.8**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.11 A recusa da adjudicatária em assinar a ARP no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a à aplicação de penalidade nos termos deste Edital e legislação vigente. (§ 5º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021).

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 02002 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

Projeto Atividade: 2004 Manut. das Atividades da SEMAF;

Elemento de despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

21. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

21.1 O contratado obriga-se a fornecer o objeto a ele adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada,



independente de transcrição, prevalecendo no caso de divergência às especificações e condições presentes no Instrumento Convocatório.

21.2 Quaisquer vantagens apresentadas pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, se pertinentes e aceitas pela administração, poderão ser acrescentadas à contratação, passando a constituir-se uma obrigação para o contratado.

21.3 A execução dos compromissos assumidos pela participação no certame, bem como os casos omissos em edital e contrato, regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, combinado com o inciso III do art. 92, ambos da Lei nº 14.133/2021.

21.4 Fica vedada a transferência ou cessão do contrato.

21.5 É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração.

21.6 Constituem-se como cláusulas contratuais, a serem observadas durante a execução do objeto, as obrigações do licitante abordadas neste edital, incluídas aquelas pormenorizadamente descritas nos anexos do Instrumento Convocatório.

21.7 O Contratado fica obrigado a aceitar alterações no quantitativo previsto em edital, no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sem que isso implique em alterações de preços contratados, de acordo com o estabelecido no artigo 124 da Lei 14.133/21;

22. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

22.1 Em conformidade com o artigo 140, inciso II da Lei nº. 14.133/21, o objeto da presente licitação será recebido:

- I. **Provisoriamente** – para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante termo de recebimento provisório pelo servidor responsável pelo recebimento, no verso da fatura/nota fiscal ou Termo de Recebimento Provisório; e
- II. **Definitivamente** – será efetuado mediante Termo de Recebimento, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo fiscal do contrato (ou comissão).

22.2 Em conformidade com o § 1º do art. 140 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 119 da Lei de licitação.

22.3 O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído conforme escrito no Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

22.4 Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.



22.5 Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, será recebido provisoriamente pelos agentes acima mencionados e em definitivo, após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados.

22.6 Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art.155 da Lei n. 14.133/21, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 137 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

22.7 O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades solicitadas, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários.

22.8 O pagamento será efetuado **de acordo com o Termo de Referência**, ambos contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

22.9 Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

22.10 A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do fiscal do contrato.

22.11 Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

22.12 Faculta-se à Administração, quando viável, a verificação da manutenção dos requisitos de habilitação do contratado através de consulta em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

22.13 O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Município de Alta Floresta D Oeste.

22.14 Sanadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

22.15 O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- I. Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
- II. Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

23. DAS PENALIDADES *(Art.92º, IncisoXIV, Arts.155ºao163º da lei14.133/2021)*



23.1 As Sanções e Penalidades serão aplicadas ao responsável por infrações administrativas, conforme disposto no Item 15 do Termo de Referência.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade;

24.2 A LICITANTE deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo o Município de Alta Floresta D Oeste-RO, em qualquer hipótese, responsável pelos mesmos, independentemente do resultado da licitação;

24.3 A Administração, a qualquer tempo, antes da data da sessão inaugural, poderá proceder às alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas, sendo-lhe facultado em, sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas;

24.4 As omissões porventura existentes neste instrumento convocatório serão sanadas pelo Pregoeiro, responsável pelo certame, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores.

24.5 A critério do Município de Alta Floresta D Oeste-RO esta licitação poderá:

24.5.1 SER ANULADA: Se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

24.5.2 SER REVOGADA: Ajuízo do Município de Alta Floresta D Oeste -RO, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

24.5.3 Ter a data de abertura transferida, por conveniência exclusiva da administração.

24.6 Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:

24.6.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar; seguindo o disposto na Lei Federal Nº14.133/21;

24.6.2 A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e;

24.6.3 No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24.7 O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do contrato como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o ofertado em lance verbal ou negociado

24.8 Em casos excepcionais, o Pregoeiro poderá ampliar o prazo de recebimento dos documentos em virtude de não prejudicar o interesse público;



24.9 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

24.10 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.11 As normas que disciplinam este PREGÃO ELETRÔNICO serão sempre interpretadas em favor da ampliação, da disputa entre interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

24.12 A declaração e a adjudicação da licitante vencedora desta licitação não implicarão direito à contratação ou a obrigatoriedade de ser adquirido o objeto;

24.13 Para efeito de contratação, aquisição e pagamento prevalecerá, o menor preço escrito, todos devidamente registrados em Ata;

24.14 Havendo conflito de interpretação entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem do Edital, e em seguida o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e por último os demais anexos;

24.15 Em divergência em relação ao quantitativo, prevalecerá o contido no ANEXO III (Estimativa de Custos);

24.16 Aos casos omissos aplicam-se as demais condições constantes da Lei Federal nº.14.133/21;

24.17 Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste Pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

24.18 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

24.19 Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

24.20 Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30m às 13h30m (horário local), pelo telefone (69) 3641-2463, ou pelo e-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos www.altafloresta.ro.gov.br e www.licitanet.com.br.



25. ANEXOS

25.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- ANEXO I** -Termo de Referência;
- ANEXO II** - Condições para Habilitação;
- ANEXO III** -Quadro Estimativa de Custos;
- ANEXO IV** - Modelo de Proposta Comercial;
- ANEXO V** - Modelo de Declaração Conjunta;
- ANEXO VI** - Minuta do Contrato.

Alta Floresta D Oeste, 04 de setembro de 2025.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), abrangendo implantação, configuração e suporte de solução Next Generation Firewall (NGFW), segurança eletrônica, privacidade e proteção de dados, segurança da informação e cibernética pelo período de 06 (seis) meses, através de Pregão Eletrônico, aos moldes da Lei 14.133/21.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste entende que para o bom desenvolvimento dos trabalhos desta Administração, se faz necessário uma gestão eficiente dentro das melhores práticas com base em normas que garantam a qualidade da infraestrutura de Telecomunicação em produção, conforme a Lei Geral de proteção de Dados-LGPD, lei federal nº 13.709/2018 e Lei Federal nº 13.853/2019, que são instrumento que visam melhorar a privacidade e segurança para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a livre formação do Ente Administrativo.

2.2 Tendo em vista que as soluções de TIC estão sendo cada vez mais utilizadas nesta gestão municipal, é de extrema importância a contratação dos serviços em questão, que deverão dar suporte a um conjunto de aplicações e sistemas.

2.3 De igual modo, o Município precisa garantir a segurança de seus sistemas computacionais. O advento de novas ameaças tecnológicas requer a adoção de novas soluções de segurança para garantir a integridade dos dados armazenados dentro da nossa infraestrutura de tecnologia da informação. A solução deverá conter atualização constante para garantir a excelência da tecnologia empregada, visando antecipar-se a possíveis falhas, brechas e problemas.

2.4 Vale ressaltar que a solução de firewall auxiliará na proteção dos dados e na prevenção de vazamentos dos mesmos, favorecendo para que este ente fique em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

2.5 Fundamentado nestas premissas, a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste baseou-se em modelos de Termos de Referência elaborados por outros Municípios, onde foi realizado por meio do pregão eletrônico, do tipo menor preço, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), abrangendo implantação, configuração e suporte de solução Next Generation Firewall (NGFW), segurança eletrônica, privacidade e proteção de dados, segurança da informação e cibernética.

2.6 A contratação da Solução de Proteção de Rede com tecnologia Next Generation Firewall (NGFW) tem como finalidade fortalecer a segurança dos dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO, protegendo-os contra ataques cibernéticos externos, além de aprimorar a qualidade do trabalho remoto e atender à crescente necessidade de aprimoramento dos sistemas de segurança da informação.

2.7 Portanto, a contratação visa garantir a adequação e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018) e outras normativas aplicáveis, assegurando a implementação e a manutenção de boas práticas de governança digital. É de extrema importância a eventual contratação de empresa especializada nos serviços



supracitados, garantindo a implementação e operação de soluções de segurança avançadas alinhando-se às melhores práticas do mercado e atendendo às exigências legais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Consultoria e Adequações à LGPD

3.1.1 A contratada deverá atuar rigorosamente em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), no contexto das atividades de Segurança da Informação, Segurança Eletrônica e Cabeamento Estruturado. Embora a responsabilidade pela implementação de um plano de conformidade com a LGPD permaneça com a CONTRATANTE, a CONTRATADA será responsável por assegurar que todas as suas ações e serviços sejam realizados em conformidade com os princípios e diretrizes da LGPD.

3.1.2 O compromisso com boas práticas da LGPD é essencial para proteger os dados pessoais tratados no âmbito das atividades contratadas, garantindo a integridade, confidencialidade e segurança das informações.

3.2 Gestão de Riscos

3.2.1 Desenvolvimento de processo de gestão de riscos conforme ABNT NBR ISO/IEC 31000:2018 – Gestão de riscos – Diretrizes.

3.2.2 Aplicação da ABNT NBR ISO 31000:2018 para gestão de riscos de privacidade organizacional conforme ABNT NBR ISO/IEC 27557:2023.

3.2.3 Tratamento de riscos específicos tais como: violação de dados pessoais em processos de trabalho vulneráveis, sanções por falta de tratamento adequado e não atendimento ao direito do titular de dados pessoais, incidentes de segurança da informação contendo dados pessoais que resultem em danos ao titular, a imagem institucional e paralização das atividades do CONTRATANTE.

3.3 Medidas de Seguranças Tecnológicas

3.3.1 Realização de parametrização de Firewall, Antivírus e Antimalware, Criptografia, Autenticação de Dois Fatores e Atualizações Regulares.

3.3.2 Administração e parametrização de Storage de Dados com objetivo de prover a disponibilidade e integridade da informação destinado a servidores e usuários de área de trabalho.

3.3.3 Administração e parametrização de SERVIÇO DE VIRTUALIZAÇÃO (Cloud Computing) em plataforma LINUX, provendo o gerenciamento de VPS (Servidor de Virtualização Privado).

3.3.4 Administração e parametrização do SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE REDE, responsável por gerenciar estações de trabalho e ativos. Baseado em relatórios e alertas administrativos onde o administrador será capaz de prever e realizar ações preventivas que por sua vez manterá a integridade das informações.



3.3.5 Implantação de melhores práticas voltadas à instalação, parametrização e administração de serviço de WEB FILTER, responsável controle de conteúdo acesso http e https, fazendo utilização de autenticação de usuário em base LDAP, dentro de diretivas de segurança com base na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), a aquisição do hardware para operação deste recurso é de responsabilidade da CONTRATANTE.

3.3.6 Instalação, parametrização e administração de SERVIDOR DE DIRETÓRIO plataforma open source ou proprietária por meio de protocolo LDAP.

3.3.7 Administração redes de área local (ou LAN, acrônimo de local área network), com seus protocolos lógicos para comutação de dados. Gerenciamento de protocolos de comunicação e monitoração de tráfego.

3.3.8 Configuração, parametrização e gestão de redes Wireless em modo mesh, incluindo controle de tráfego, gerenciamento de banda, administração de conteúdo e monitoramento por vídeo.

3.4 Consultoria e Assessoria e TIC

3.4.1 Assessoria em nível de aquisição de: servidores, desktops, equipamentos específicos, material de cabeamento estruturado, nobreak, hardware wireless, tecnologia, telefonia analógica, e aplicativos em geral.

3.4.2 Cybersegurança, utilizar-se das melhores práticas, tecnologias e processos voltados para proteger sistemas de computadores, redes, dispositivos e dados contra ataques cibernéticos;

3.4.3 Mapeamento de vulnerabilidade em todo o parque tecnológico visando a redução de riscos de incidentes de segurança da informação e privacidade.

4 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os trabalhos serão executados de forma abrangente e integrada às demandas da Prefeitura Municipal, estendendo-se igualmente a todas as suas Secretarias, atendendo as solicitações de acordo com este Termo de Referência, devendo:

4.2 À EXECUTAR:

4.3 A CONTRATADA deverá realizar o atendimento dentro de um SLA (acordo para o nível de serviço), de no máximo 60 (sessenta) minutos, a contar da abertura do chamado junto a plataforma help desk.

4.4 A contratada deverá possuir sede estabelecida dentro do estado de Rondônia, garantindo sua capacidade de atendimento às demandas previstas no contrato. Fica expressamente vedada a subcontratação, seja parcial ou total, para a prestação dos serviços contratados, assegurando que todas as atividades sejam realizadas diretamente pela contratada.

4.5 A empresa contratada deverá se fazer presente fisicamente com equipe especializada no mínimo 01 (uma) vez por semana, para execução presencial dos serviços de informática que se fizerem necessários, conforme a demanda da contratante, visando garantir o adequado funcionamento dos sistemas e equipamentos, bem como a prestação de suporte técnico in loco sempre que solicitado.

4.6 A empresa contratada deverá estar em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sendo esta conformidade devidamente comprovada por meio de seu website, que deverá evidenciar práticas e políticas relacionadas à proteção de dados, bem como por documentos internos que atestem a implementação de medidas de adequação à lei. Esta exigência é fundamental, considerando que a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA



FLORESTA D'OESTE/RO também deverá estar em plena conformidade com a LGPD, e a contratação de serviços deverá garantir alinhamento com as diretrizes legais.

4.7 Os técnicos da CONTRATADA deverão cumprir com suas obrigações, preenchendo ordem de serviço sempre que executar um atendimento à um usuário final, sendo este registrado em plataforma de help desk (abertura e controle de chamados), sendo esta implantada e mantida pela CONTRATADA em ambiente externo.

4.8 A Administração deverá ter acesso à plataforma de help desk, para acesso ao fluxo e gestão dos atendimentos realizados pela CONTRATADA, sendo este acesso dentro de protocolos de segurança estabelecidos pela CONTRATADA.

4.9 Os técnicos da CONTRATADA serão responsáveis pela manutenção e administração do parque de máquinas estações de trabalho da Prefeitura Municipal e das Secretarias vinculadas neste processo.

4.10 A CONTRATADA será responsável por formatar, instalar e realizar limpeza física em estações de trabalho da Prefeitura Municipal e Secretarias neste processo objetivando a manutenção preventiva dos equipamentos periodicamente no mínimo 4 vezes ao ano.

4.11 Os Colaboradores da Prefeitura Municipal terão total apoio da equipe técnica da CONTRATADA, para promover um bom trabalho no nível de área de trabalho, tendo estes sempre que reportar qualquer tipo de problema à CONTRATADA.

4.12 Caso a empresa vencedora do certame não possua sede no município de Alta Floresta D'Oeste /RO, deverá manter uma central de atendimento presencial em um raio máximo de 500 (quinhentos) km, com equipe de funcionários suficiente para garantir a prestação dos serviços de forma eficiente e atender à demanda de maneira satisfatória.

4.13 A empresa vencedora deverá estar disponível sempre que solicitado no período de 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana para solucionar problemas, prestar suporte e dar assessoria técnica mantendo seu pleno funcionamento de forma ininterrupta, salvo provocados por:

- a. Fortes chuvas;
- b. Descargas Atmosféricas;
- c. Falta de fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária;
- d. Outros que isentem de forma ajustável a responsabilidade da Contratada;
- e. Em caso de paralização parcial ou total descrito pelos itens acima, o sistema deverá ser reestabelecido no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5. DO LOCAL DE EXECUÇÃO

5.1 Os serviços deverão ser prestados nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL E SECRETARIAS VINCULADAS, conforme as solicitações realizadas pelas mesmas.

5.2 O descumprimento na execução do contrato a ser celebrado, acarretará multa e rescisão contratual conforme a Lei 14.133/21.

6. SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW)

6.1 **A CONTRATADA** deverá implantar solução **NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW)** contemplando licenciamento de uso sob sua responsabilidade, destinada à segurança de informação perimetral que inclui Filtro de pacote, Controle de aplicação, administração de largura de banda, VPN, IPS, Prevenção contra ameaças de vírus, spywares e malwares Zero Day, Filtro de URL, anti DDoS, bem como controle de transmissão de dados e acesso à internet compondo uma plataforma de segurança integrada.

7. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA:

7.1 O prazo de vigência, bem como o de execução, será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado conforme previsto no artigo 114, inciso da Lei 14.133/21.

7.2 A prestação do serviço a ser contratado, será executado de maneira mensal e continuado.



8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 Diante da complexidade técnica do objeto deste TR, juntamente com sua proposta comercial, a licitante deverá apresentar Atestados de Capacidade Técnica **compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto a ser contratado**, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da respectiva nota fiscal, que deram origem ao Atestado. **(APRESENTAR NA HABILITAÇÃO).**

8.2 PARA EFEITO DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DEVERÁ APRESENTAR;

8.2.1 A licitante deverá apresentar a relação explícita ou a declaração formal da sua disponibilidade de equipamentos, ferramental, instalações físicas apropriadas e específicas, bem como pessoal técnico especializado para realização dos serviços que são objeto deste certame.

8.2.2 **A LICITANTE** deverá comprovar que possui em seu quadro de funcionários registrados ou contratados por meio de CONTRATO DE TRABALHO, profissionais que, em conjunto, atendam aos seguintes requisitos:

a) Profissional com formação de Nível Superior na área de Informática e Tecnologia da Informação, com especialização em redes de computadores e segurança da informação, com certificações em sistemas, administração de servidores e conhecimento na Lei 13.709 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados). Deverá ser apresentada a comprovação por meio de diploma, certificado da especialização e registro do profissional no quadro da empresa ou contrato de trabalho vigente.

b) Profissional certificado com conhecimento em práticas de gestão dos serviços de TI.

c) Profissional com experiência em gerenciamento de processos de governança de TI.

d) Profissional certificado na ABNT NBR ISO/IEC 27002 – Segurança da Informação, Segurança Cibernética e Proteção à Privacidade, com conhecimento em controles de segurança da informação.

e) Profissional especializado em PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS, sendo este voltado para a Lei 13.709/2018 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados).

f) Profissional com treinamento especializado em Segurança da Informação e Cibernética com base na ISO/IEC 27001.

g) Profissional com treinamento especializado em Privacidade e Proteção de Dados.

h) Profissional com treinamento especializado em Gestão de Riscos, com base na ABNT NBR ISO 31000:2018 e ABNT NBR ISO/IEC 27557:2023.

i) Profissional especializado em CIBERSEGURANÇA.

l) Profissional com treinamento em SEGURANÇA ELETRÔNICA.

m) A licitante deverá apresentar responsável técnico habilitado (s), e registrado (s) junto ao órgão competente (CREA) Certidão de Registro de Quitação Pessoa Física CREA com ENGENHEIRO ELETRICISTA artigos 08 e 09 da res. 218/73 do CONFEA e Certidão de Registro de Quitação Pessoa Jurídica CREA.

8.2.3 A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico, expedido por entidade



competente, do(s) responsável(is) técnicos, comprovando a execução dos serviços contratados.

8.2.4 A licitante deverá apresentar declaração do(s) responsável(is) técnico(s) pela prestação dos serviços contratados.

8.2.5 A licitante deverá apresentar declaração e certificado de comprovação de que seus técnicos, que atuarão nas dependências da Prefeitura Municipal e Entidades Vinculadas, possuam certificação em NR10 e, quando aplicável, NR35 garantindo a conformidade com as normas de segurança.

- a) NR-10 - Esta é a Norma Regulamentadora emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil que tem por objetivo garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que interagem nas instalações e serviços com eletricidade.
- b) NR-35 - Esta é a Norma da qual estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.

8.2.6 Profissional com, conhecimento voltado à linguagem SQL (Linguagem de Consulta Estruturada).

8.2.7 Profissional com, conhecimento especializado voltado à Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGDB).

8.2.8 Profissional contendo treinamento e certificação em Next Generation Firewall (NGFW), esta refere-se à obtenção de uma certificação que valida as habilidades e conhecimentos de um profissional em relação ao design, implementação, configuração e gerenciamento de firewalls de próxima geração, a mesma deverá ser reconhecida na indústria de segurança da informação em âmbito nacional e internacional.

8.3 As comprovações de vínculos profissionais deverão ser feitas da seguinte forma:

8.3.1 Mediante apresentação da Carteira de Trabalho Digital ou documento equivalente, acompanhada de documento de identificação oficial, no caso de empregado da licitante, ou Contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou; No caso de dirigente ou sócio, do Contrato Social.

8.3.2 A licitante deverá apresentar declaração, assinada pelo responsável legal da empresa, atestando que a empresa encontra-se em plena conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018). Considerando o objeto contratado que envolve a prestação de serviços em Segurança da Informação e Cibersegurança à PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO, essa exigência visa assegurar que a CONTRATADA tenha adotado as práticas de governança e proteção de dados necessários para atuar como OPERADORA, conforme descrito no artigo 5º, inciso VII,



da LGPD.

A comprovação desta conformidade deverá ser evidenciada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

8.3.3 Política de Privacidade e Proteção de Dados, evidenciando as diretrizes aplicadas pela empresa para o tratamento de dados pessoais e sensíveis;

8.3.4 Designação formal de um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), conforme exigido pela legislação;

8.3.5 Certificados e treinamentos que comprovem a capacitação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.

9. DA ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW)

9.1 A solução de proteção de rede next generation firewall (NGFW) deverá contar com:

9.1.1 Throughput de, no mínimo, 26 Gbps com a funcionalidade de firewall;

9.1.2 Suporte a, no mínimo, 2,5 milhões de conexões simultâneas;

9.1.3 Suporte a, no mínimo, 250 mil novas conexões por segundo;

9.1.4 Throughput de, no mínimo, 12 Gbps de VPN IPSec;

9.1.5 Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 1800 túneis de VPN IPSEC Site-to-Site simultâneos;

9.1.6 Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 15000 túneis de clientes VPN IPSEC simultâneos;

9.1.7 Suportar no mínimo 4.8 Gbps de throughput de IPS;

9.1.8 Suporte a, no mínimo, 12 Gbps de throughput de Application Control;

9.1.9 Suportar no mínimo 3.8 Gbps de throughput de Inspeção SSL;

9.1.10 Throughput de, no mínimo, 2.8 Gbps com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente para todas as assinaturas que a plataforma de segurança possuir devidamente ativadas e atuantes: controle de aplicação, IPS, Antivírus e Antispyware;

9.1.11 Caso o fabricante divulgue múltiplos números de desempenho para qualquer uma destas funcionalidades, somente o de menor valor será aceito;

9.1.12 Possuir ao menos 16 interfaces 1 GE RJ45;

9.1.13 Possuir ao menos 8 interfaces 1 GE SFP;

9.1.14 Possuir ao menos 4 interfaces de 10 GB SFP+;

9.1.15 Estar licenciado e/ou ter incluído sem custo adicional, no mínimo, 10 sistemas virtuais lógicos (Contextos) por equipamento;

9.1.16 Suporte a, no mínimo, 10 sistemas virtuais lógicos (Contextos) por equipamento.

9.2 Características Gerais



- 9.2.1 A solução deve consistir em plataforma de proteção de rede baseada em appliance físico com funcionalidades de Next Generation Firewall (NGFW) e SD-WAN, não sendo permitido appliances virtuais ou solução open source (produto montado);
- 9.2.2 Por funcionalidades de NGFW entende-se: reconhecimento de aplicações, prevenção de ameaças, identificação de usuários e controle granular de permissões;
- 9.2.3 Por funcionalidades de SD-WAN entende-se: roteamento inteligente, uso do melhor link por aplicação, abstração do tráfego em relação aos circuitos físicos e controle do tráfego por aplicação;
- 9.2.4 As funcionalidades de segurança e SD-WAN que compõem a solução podem funcionar em múltiplos appliances desde que obedeçam a todos os requisitos desta especificação, acompanhem os mesmos termos de garantia, atualizações e manutenção, e suportem gerenciamento centralizado;
- 9.2.5 A plataforma deve ser otimizada para análise de conteúdo de aplicações em camada 7;
- 9.2.6 Todos os equipamentos fornecidos não devem ultrapassar a medida máxima de 1U cada;
- 9.2.7 Deve permitir que novas assinaturas entrem em modo hold, de forma que mitigue possíveis problemas de falso-positivo;
- 9.2.8 O gerenciamento da solução deve suportar acesso via SSH, cliente ou WEB (HTTPS) e API aberta;
- 9.2.9 Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a Vlans;
- 9.2.10 Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a roteamento multicast (PIM-SM e PIM-DM);
- 9.2.11 Deve suportar BGP, OSPF, RIP e roteamento estático;
- 9.2.12 Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a DHCP Relay;
- 9.2.13 Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a DHCP Server;
- 9.2.14 Os dispositivos de proteção de rede devem suportar sub-interfaces ethernet logicas;
- 9.2.15 Deve suportar NAT dinâmico (Many-to-Many);
- 9.2.16 Deve suportar NAT estático (1-to-1);
- 9.2.17 Deve suportar Tradução de porta (PAT);
- 9.2.18 Deve suportar NAT de Origem;
- 9.2.19 Deve suportar NAT de Destino;
- 9.2.20 Deve suportar NAT de Origem e NAT de Destino simultaneamente;
- 9.2.21 Deve implementar Network Prefix Translation (NPTv6) ou NAT66, prevenindo problemas de roteamento assimétrico;
- 9.2.22 Deve suportar NAT64;
- 9.2.23 Deve implementar o protocolo ECMP;



- 9.2.24 Deve permitir monitorar via SNMP o uso de CPU, memória, espaço em disco, VPN, situação do cluster e violações de segurança;
- 9.2.25 Enviar log para sistemas de monitoração externos;
- 9.2.26 Deve haver a opção de enviar logs para os sistemas de monitoração externos via protocolo SSL;
- 9.2.27 Deve permitir criar regras de automação, definindo ações para eventos previamente determinados;
- 9.2.28 Dentre as possibilidades para iniciar regras de automação, deve suportar webhooks, IOCs, logs pré-definidos e agendamento;
- 9.2.29 Como ação para as regras de automação, deve suportar: execução de scripts, envio de e-mails, webhooks e execução de lambda/functions;
- 9.2.30 Deve possuir conectores para diversas nuvens públicas e privadas, tais como: AWS, Azure, GCP, Vmware ESXi, NSX, ACI e OpenStack;
- 9.2.31 Deve possuir conectores para Kubernetes e soluções de NAC, MDM/endpoint;
- 9.2.32 Deve suportar threat feeds, tais como: listas de hashes, Ips e nomes;
- 9.2.33 Proteção anti-spoofing;
- 9.2.34 Deve suportar Modo Sniffer, para inspeção via porta espelhada do tráfego de dados da rede;
- 9.2.35 Deve suportar Modo Camada 2 (L2), para inspeção de dados em linha e visibilidade do tráfego;
- 9.2.36 Deve suportar Modo Camada 3 (L3), para inspeção de dados em linha e visibilidade do tráfego;
- 9.2.37 Suporte a configuração de alta disponibilidade Ativo/Passivo e Ativo/Ativo: Em modo layer 3;
- 9.2.38 A configuração em alta disponibilidade deve sincronizar: sessões, configurações, incluindo, mas não limitado as políticas de Firewall, NAT, QOS e objetos de rede;
- 9.2.39 Deve possuir suporte a criação de sistemas virtuais (VDMs) no mesmo appliance;
- 9.2.40 Deve permitir a criação de administradores independentes, para cada um dos sistemas virtuais existentes, de maneira a possibilitar a criação de contextos virtuais que podem ser administrados por equipes distintas;
- 9.2.41 Controle, inspeção e descryptografia de SSL para tráfego de Saída (Outbound), devendo suportar o controle dos certificados individualmente dentro de cada sistema virtual, ou seja, isolamento das operações de adição, remoção e utilização dos certificados diretamente nos sistemas virtuais (contextos);
- 9.2.42 Não serão aceitas soluções baseadas em PCs de uso geral. Todos os equipamentos a serem fornecidos deverão ser do mesmo fabricante para assegurar a padronização e compatibilidade funcional de todos os recursos;



9.2.43 Os equipamentos devem ser novos, ou seja, de primeiro uso, de um mesmo fabricante. Na data da proposta, nenhum dos modelos ofertados poderão estar listados no site do fabricante em listas de end-of-life e end-of-sale.

9.3 Políticas

9.3.1 Deverá suportar controles por zonas de segurança;

9.3.2 Deverá suportar controles de políticas por porta e protocolo;

9.3.3 Deverá suportar controles de políticas por aplicações, grupos estáticos de aplicações e grupos dinâmicos de aplicações;

9.3.4 Controle de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, redes e zonas de segurança;

9.3.5 Controle de políticas por código de País (Por exemplo: BR, US, UK, RU);

9.3.6 Controle, inspeção e descryptografia de SSL por políticas para tráfego de saída (Outbound);

9.3.7 Deve descryptografar tráfego outbound em conexões negociadas com TLS 1.2;

9.3.8 Deve permitir o bloqueio de arquivo por sua extensão e possibilitar a correta identificação do arquivo por seu tipo mesmo quando sua extensão for renomeada;

9.3.9 Suporte a objetos e regras IPV6;

9.3.10 Suporte a objetos e regras multicast;

9.3.11 Suportar a atribuição de agendamento das políticas com o objetivo de habilitar e desabilitar políticas em horários pré-definidos automaticamente.

9.4 Aplicações

9.4.1 Deve ser possível a liberação e bloqueio somente de aplicações sem a necessidade de liberação de portas e protocolos;

9.4.2 Reconhecer pelo menos 1700 aplicações diferentes, incluindo, mas não limitado: a tráfego relacionado a peer-to-peer, redes sociais, acesso remoto, update de software, protocolos de rede, voip, áudio, vídeo, proxy, mensageiros instantâneos, compartilhamento de arquivos, email;

9.4.3 Reconhecer pelo menos as seguintes aplicações: bitorrent, gnutella, skype, facebook, linked-in, twiter, citrix, logmein, teamviewer, ms-rdp, vnc, gmail, youtube, http-proxy, hTp-tunnel, facebook chat, gmail chat, whatsapp, 4shared, dropbox, google drive, skydrive, db2, mysql, oracle, acve directory, kerberos, ldap, radius, itunes, dhcp, ftp, dns, wins, msrpc, ntp, snmp, rpc over http, gotomeeting, webex, evernote, google-docs;

9.4.4 Deve inspecionar o payload de pacote de dados com o objevo de detectar assinaturas de aplicações conhecidas pelo fabricante independente de porta e protocolo;



- 9.4.5 Identificar o uso de táticas evasivas, ou seja, deve ter a capacidade de visualizar e controlar as aplicações e os ataques que utilizam táticas evasivas via comunicações criptografadas, tais como Skype e utilização da rede Tor;
- 9.4.6 Para tráfego criptografado SSL, deve descriptografar pacotes a fim de possibilitar a leitura de payload para checagem de assinaturas de aplicações conhecidas pelo fabricante;
- 9.4.7 Deve realizar decodificação de protocolos com o objetivo de detectar aplicações encapsuladas dentro do protocolo e validar se o tráfego corresponde com a especificação do protocolo. A decodificação de protocolo também deve identificar funcionalidades específicas dentro de uma aplicação;
- 9.4.8 Identificar o uso de táticas invasivas via comunicações criptografadas;
- 9.4.9 Atualizar a base de assinaturas de aplicações automaticamente;
- 9.4.10 Os dispositivos de proteção de rede devem possuir a capacidade de identificar o usuário de rede com integração ao Microsoft Active Directory, sem a necessidade de instalação de agente no Domain Controller, nem nas estações dos usuários;
- 9.4.11 Deve ser possível adicionar controle de aplicações em múltiplas regras de segurança do dispositivo, ou seja, não se limitando somente a possibilidade de habilitar controle de aplicações em algumas regras;
- 9.4.12 Deve suportar vários métodos de identificação e classificação das aplicações, por, pelo menos, checagem de assinaturas e decodificação de protocolos;
- 9.4.13 Permitir nativamente a criação de assinaturas personalizadas para reconhecimento de aplicações proprietárias na própria interface gráfica da solução, sem a necessidade de ação do fabricante;
- 9.4.14 O fabricante deve permitir a solicitação de inclusão de aplicações na base de assinaturas de aplicações;
- 9.4.15 Deve alertar o usuário quando uma aplicação for bloqueada;
- 9.4.16 Deve possibilitar a diferenciação de tráfegos Peer2Peer (Bitorrent, emule, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;
- 9.4.17 Deve possibilitar a diferenciação de tráfegos de Instant Messaging (AIM, Hangouts, Facebook Chat etc.) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;
- 9.4.18 Deve possibilitar a diferenciação e controle de partes das aplicações como, por exemplo, permitir o Hangouts e bloquear a chamada de vídeo;
- 9.4.19 Deve possibilitar a diferenciação de aplicações Proxies, possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;
- 9.4.20 Deve ser possível a criação de grupos dinâmicos de aplicações baseados em características das aplicações como: tecnologia utilizada nas aplicações (Client-Server, Browse Based, Network Protocol, etc);



9.4.21 Deve ser possível a criação de grupos dinâmicos de aplicações baseados em características das aplicações como: nível de risco da aplicação e categoria da aplicação;

9.4.22 Deve ser possível a criação de grupos estáticos de aplicações baseados em características das aplicações como, Categoria da aplicação.

9.5 Prevenção de ameaças:

- a) Para proteção do ambiente contra-ataques, os dispositivos de proteção
- b) possuir módulo de IPS, Antivírus e Anti-Spyware integrados no próprio appliance de firewall;

9.5.1 Deve incluir assinaturas de prevenção de intrusão (IPS) e bloqueio de arquivos maliciosos (Antivírus e Anti-Spyware);

9.5.2 Deve sincronizar as assinaturas de IPS, Antivírus, Anti-Spyware quando implementado em alta disponibilidade;

9.5.3 Deve implementar os seguintes tipos de ações para ameaças detectadas pelo IPS: permitir, permitir e gerar log, bloquear e quarentenar IP do atacante por um intervalo de tempo;

9.5.4 As assinaturas devem poder ser ativadas ou desativadas, ou ainda habilitadas apenas em modo de monitoração;

9.5.5 Deve ser possível a criação de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, redes ou zonas de segurança;

9.5.6 Exceções por IP de origem ou de destino devem ser possíveis nas regras ou assinatura a assinatura;

9.5.7 Deve suportar granularidade nas políticas de IPS, Antivírus e Anti-Spyware, possibilitando a criação de diferentes políticas por zona de segurança, endereço de origem, endereço de destino, serviço e a combinação de todos esses itens;

9.5.8 Deve permitir o bloqueio de vulnerabilidades;

9.5.9 Deve permitir o bloqueio de exploits conhecidos;

9.5.10 Deve incluir proteção contra-ataques de negação de serviços;

9.5.11 Ser imune e capaz de impedir ataques básicos como: Syn flood, ICMP flood, UDP flood, etc;

9.5.12 Detectar e bloquear a origem de portscans;

9.5.13 Bloquear ataques efetuados por worms conhecidos;

9.5.14 Possuir assinaturas específicas para a mitigação de ataques DoS e DDoS;

9.5.15 Possuir assinaturas para bloqueio de ataques de buffer overflow;

9.5.16 Deverá possibilitar a criação de assinaturas customizadas pela interface gráfica do produto;



9.5.17 Deve permitir usar operadores de negação na criação de assinaturas customizadas de IPS ou anti-spyware, permitindo a criação de exceções com granularidade nas configurações;

9.5.18 Permitir o bloqueio de vírus e spywares em, pelo menos, os seguintes protocolos: HTTP, FTP, SMB, SMTP e POP3;

9.5.19 Identificar e bloquear comunicação com botnets;

9.5.20 Registrar na console de monitoração as seguintes informações sobre ameaças identificadas: o nome da assinatura ou do ataque, aplicação, usuário, origem e o destino da comunicação, além da ação tomada pelo dispositivo.

9.5.21 Deve possuir a função de proteção a resolução de endereços via DNS, identificando requisições de resolução de nome para domínios maliciosos de botnets conhecidas;

9.5.22 Os eventos devem identificar o país de onde partiu a ameaça;

9.5.23 Deve incluir proteção contra vírus em conteúdo HTML e javascript, software espião (spyware) e worms;

9.5.24 Possuir proteção contra downloads involuntários usando HTTP de arquivos executáveis e maliciosos;

9.5.25 Deve ser possível a configuração de diferentes políticas de controle de ameaças e ataques baseado em políticas do firewall considerando usuários, grupos de usuários, origem, destino, zonas de segurança etc., ou seja, cada política de firewall poderá ter uma configuração diferente de IPS, sendo essas políticas por Usuários, Grupos de usuário, origem, destino, zonas de segurança.

9.5.26 Deve ser capaz de mitigar ameaças avançadas persistentes (APT), através de análises dinâmicas para identificação de malwares desconhecidos;

9.5.27 A solução de sandbox deve ser capaz de criar assinaturas e ainda as incluir na base de antivírus do firewall, prevenindo a reincidência do ataque;

9.5.28 A solução de sandbox deve ser capaz de incluir no firewall as URLs identificadas como origens de tais ameaças desconhecidas (black list), impedindo que esses endereços sejam acessados pelos usuários de rede novamente;

9.5.29 Dentre as análises efetuadas, a solução deve suportar antivírus, query na nuvem, emulação de código, sandboxing e verificação de call-back;

9.5.30 A solução deve analisar o comportamento de arquivos suspeitos em um ambiente controlado;

9.6 Filtro de URLs

9.6.1 Permitir especificar políticas por tempo, ou seja, a definição de regras para um determinado horário ou período (dia, mês, ano, dia da semana e hora);



- 9.6.2 Ser possível a criação de políticas por grupos de usuários, IPs, redes ou zonas de segurança;
- 9.6.3 Possuir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais URLs através da integração com serviços de diretório, Active Directory e base de dados lo
- 9.6.4 A identificação pela base do Active Directory deve permitir SSO, de forma que os usuários não precisem logar novamente na rede para navegar pelo firewall;
- 9.6.5 Suportar a capacidade de criação de políticas baseadas no controle por URL e categoria de URL;
- 9.6.6 Suportar proxy explícito;
- 9.6.7 Suportar a criação de limites diários de tempo e banda consumida por categoria;
- 9.6.8 Possuir pelo menos 60 categorias de URLs;
- 9.6.9 Possuir a função de exclusão de URLs do bloqueio;
- 9.6.10 Permitir a customização de página de bloqueio;
- 9.6.11 Identificação de usuários:
- 9.6.12 Deve incluir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais aplicações através da integração com serviços de diretório, autenticação via LDAP, Active Directory, E-directory e base de dados local;
- 9.6.13 Deve possuir integração com Microsoft Active Directory para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários;
- 9.6.14 Deve possuir integração com Microsoft Active Directory para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários, suportando single sign-on. Essa funcionalidade não deve possuir limites licenciados de usuários;
- 9.6.15 Deve possuir integração com Radius para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários;
- 9.6.16 Deve possuir integração com LDAP para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em Usuários e Grupos de usuários;
- 9.6.17 Deve permitir o controle, sem instalação de cliente de software, em equipamentos que solicitem saída a internet para que antes de iniciar a navegação, expanda-se um portal de autenticação residente no firewall (Captive Portal);
- 9.6.18 Deve possuir suporte a identificação de múltiplos usuários conectados em um mesmo endereço IP, permitindo visibilidade e controle granular por usuário sobre o uso das aplicações que estão nestes serviços;
- 9.6.19 Deve implementar a criação de grupos customizados de usuários no firewall, baseado em atributos do LDAP/AD;



9.7 Filtro de Dados

9.7.1 Permitir identificar e prevenir a transferência de vários tipos de arquivos (MS Office, PDF etc.) identificados sobre aplicações;

9.7.2 Suportar identificação de arquivos compactados ou a aplicação de políticas sobre o conteúdo desses tipos de arquivos;

9.7.3 Suportar a identificação de arquivos criptografados e a aplicação de políticas sobre o conteúdo desses tipos de arquivos;

9.7.4 Permitir identificar e opcionalmente prevenir a transferência de informações sensíveis, incluindo, mas não limitado a número de cartão de crédito, possibilitando a criação de novos tipos de dados via expressão regular.

9.8 Geolocalização

9.8.1 Suportar a criação de políticas por geolocalização, permitindo o tráfego de determinado País/Países sejam bloqueados;

9.8.2 Deve possibilitar a visualização dos países de origem e destino nos logs dos acessos;

9.8.3 VPN:

a) Suportar VPN Site-to-Site e Cliente-To-Site; Suportar IPSec VPN;

b) Suportar SSL VPN;

c) A VPN IPSEC deve suportar 3DES;

d) A VPN IPSEC deve suportar Autenticação MD5 e SHA-1;

e) A VPN IPSEC deve suportar Diffie-Hellman Group 1, Group 2, Group 5 e Group 14; A VPN IPSEC deve suportar Algoritmo Internet Key Exchange (IKEv1 e v2);

f) A VPN IPSEC deve suportar AES 128, 192 e 256 (Advanced Encrypon Standard); A VPN IPSEC deve suportar Autenticação via certificado IKE PKI;

9.8.4 Deve possuir interoperabilidade com os seguintes fabricantes: Cisco, Check Point, Juniper, Fortinet, SonicWall;

9.8.5 A VPN SSL deve suportar o usuário realizar a conexão por meio de cliente

9.8.6 instalado no sistema operacional do equipamento ou por meio de interface WEB;

9.8.7 A funcionalidades de VPN SSL devem ser atendidas com ou sem o uso de agente;

9.8.8 Deve permitir que todo o tráfego dos usuários remotos de VPN seja escoado para dentro do túnel de VPN, impedindo comunicação direta com dispositivos locais como proxies;

9.8.9 Atribuição de DNS nos clientes remotos de VPN;

9.8.10 Dever permitir criar políticas de controle de aplicações, IPS, Antivírus, Antispyware e filtro de URL para tráfego dos clientes remotos conectados na VPN SSL;



- 9.8.11 Suportar autenticação via AD/LDAP, certificado e base de usuários local;
- 9.8.12 Suportar leitura e verificação de CRL (certificate revocation list);
- 9.8.13 Permitir a aplicação de políticas de segurança e visibilidade para as aplicações que circulam dentro dos túneis SSL;
- 9.8.14 Deverá manter uma conexão segura com o portal durante a sessão;
- 9.8.15 O agente de VPN SSL ou IPSEC client-to-site deve ser compatível com pelo menos: Windows 7 (32 e 64 bits), Windows 8/8.1 (32 e 64 bit), Windows 10 (32 e 64 bit), Mac OS X (v10.14 ou superior) e Distribuições Linux homologadas.
- 9.8.16 SD-WAN
- 9.8.17 A solução deve prover recursos de roteamento inteligente, definindo, mediante regras preestabelecidas, o melhor caminho a ser tomado para uma aplicação;
- 9.8.18 A solução deverá ser capaz de monitorar e identificar falhas mediante a associação de health check, permitindo testes de resposta por ping ou http;
- 9.8.19 Deverá ser permitida a criação de políticas de roteamento com base nos seguintes critérios: latência, jitter, perda de pacote, banda ocupada ou todos ao mesmo tempo;
- 9.8.20 A solução deve permitir a definição do roteamento para cada aplicação;
- 9.8.21 Deve permitir balanceamento de pacotes de uma mesma sessão;
- 9.8.22 Diversas formas de escolha do link devem estar presentes, incluindo: melhor link, menor custo e todos os links abaixo do threshold definido (estatísticas dos links);
- 9.8.23 Deve possibilitar a definição do link de saída para uma aplicação específica;
- 9.8.24 Deve implementar balanceamento de link por hash do IP de origem;
- 9.8.25 Deve implementar balanceamento de link por hash do IP de origem e destino;
- 9.8.26 Deve implementar balanceamento de link por peso. Nesta opção deve ser possível definir o percentual de tráfego que será escoado por cada um dos links. Deve suportar o balanceamento de, no mínimo, quatro links;
- 9.8.27 Deve implementar balanceamento de links sem a necessidade de criação de zonas ou uso de instâncias virtuais;
- 9.8.28 A solução de SD-WAN deve possuir suporte a Policy based routing ou policy based forwarding;
- 9.8.29 Para IPv4, deve suportar roteamento estático e dinâmico (BGP);
- 9.8.30 Com a finalidade de controlar aplicações e tráfego cujo consumo possa ser excessivo, (como YouTube, Facebook, etc), impactando no bom uso das aplicações de negócio, se requer que a solução, além de poder permitir ou negar esse tipo de aplicações, deve ter a capacidade de controlá-las por políticas de traffic shaping. Dentre as tratativas possíveis, a solução deve contemplar:
- a) Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por endereço de origem;
 - b) Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por endereço de destino;



- c) Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por usuário e grupo;
 - d) Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por aplicações;
 - e) Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por porta;
- 9.8.31 O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda garantida. Ex: banda mínima disponível para aplicações de negócio;
- 9.8.32 O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda máxima. Ex: banda máxima permitida para aplicações do tipo best-effort/não corporativas, tais como Youtube, Facebook etc;
- 9.8.33 Deve ainda possibilitar a marcação de DSCP, a fim de que essa informação possa ser utilizada ao longo do backbone para fins de reserva de banda;
- 9.8.34 O QoS deve possibilitar a definição de fila de prioridade;
- 9.8.35 Além de possibilitar a definição de banda máxima e garantida por aplicação, deve também suportar o match em categorias de URL, IPs de origem e destino, logins e portas;
- 9.8.36 A capacidade de agendar intervalos de tempo onde as políticas de shaping/QoS serão válidas é mandatória. Ex: regra de controle de banda mais permissivas durante o horário de almoço;
- 9.8.37 Uma vez que o tráfego é identificado, as políticas de shaping/QoS podem ser compartilhadas a todos os acessos que fizerem match na regra ou por IP. Ex: 10 Mbps de banda garantida por IP ou para todos os IPs que fizerem match na regra;
- 9.8.38 Deve possibilitar a definição de bandas distintas para download e upload;
- 9.8.39 A solução de SD-WAN deve prover estatísticas em tempo real a respeito da ocupação de banda (upload e download) e performance do health check (packet loss, jitter e latência);
- 9.8.40 A solução de SD-WAN deve suportar IPv6;
- 9.8.41 Deve suportar o recurso de duplicação de pacotes, para mitigar cenários onde todos os links apresentam perda moderada;
- 9.8.42 Deve suportar recurso que permite correções de erro na transmissão;
- 9.8.43 As funcionalidades de SD-WAN podem ser fornecidas no NGFW ofertado ou em uma solução à parte, na mesma quantidade de equipamentos definida para os firewalls;
- 9.8.44 Em caso de composição de solução, a solução de SD-WAN deverá suportar tráfego compatível com a capacidade do equipamento de firewall;
- 9.9 Solução de logs
- 9.9.1 Possuir capacidade de receber ao menos 50 GB diários de logs;
- 9.9.2 A solução de gerenciamento deverá ser entregue como appliance virtual e deve ser compatível/homologado para VMware ESXi versão 5 ou superior;



- 9.9.3 O gerenciamento da solução deve suportar acesso via SSH, cliente ou WEB (HTTPS) e API aberta;
- 9.9.4 Deve ser do mesmo fabricante dos firewalls ofertados;
- 9.9.5 Permitir substituir o certificado de fábrica no acesso HTTPS a gerência do firewall como possibilidade de uso de certificado criado localmente na própria solução ou importado de fonte externa; caso haja a necessidade de instalação de cliente para administração da solução, o mesmo deve ser compatível com sistemas operacionais Windows e Linux; o gerenciamento deve permitir/possuir: Monitoração de logs; ferramentas de investigação de logs que permitam filtros diversos;
- 9.9.6 Deve permitir a criação de eventos customizados, baseados em logs, que permitam à solução realizar automações variadas;
- 9.9.7 Acesso concorrente de administradores;
- 9.9.8 Mostrar ao administrador do firewall a hora e data do último login e tentativas de login com falha para acessos a partir da interface gráfica e CLI.
- 9.9.9 Possuir um mecanismo de busca por comandos no gerenciamento via SSH, facilitando a localização de comandos;
- 9.9.10 Definição de perfis de acesso à console, com permissões granulares como: acesso de escrita e leitura;
- 9.9.11 Autenticação integrada ao Microsoft Active Directory e servidor Radius;
- 9.9.12 Deve possibilitar a integração com outras soluções de SIEM de mercado (thirdparty SIEM vendors);
- 9.9.13 Geração de logs de auditoria detalhados, informando a configuração realizada, o administrador que a realizou e o horário da alteração;
- 9.9.14 Prover relatórios sobre aplicações, ameaças (IPS, Antivírus e Anti-Spware) e URLs acessadas, para melhor diagnóstico e resposta a incidentes;
- 9.9.15 Permitir a criação de dashboards customizados para visibilidades do tráfego de aplicativos, usuários, categorias de URL, ameaças identificadas pelo IPS e antivírus;
- 9.9.16 O gerenciamento da solução deve possibilitar a coleta de estatísticas de todo o tráfego que passar pelos dispositivos de segurança;
- 9.9.17 Possuir mecanismo "Drill-Down" para navegação nos logs. Nas opções de "DrillDown", deve ser possível identificar o usuário que fez determinado acesso;
- 9.9.18 Permitir que os logs e relatórios sejam rotacionados automaticamente baseados no tempo em que estão armazenados na solução, assim como no espaço em disco usado;
- 9.9.19 Permitir fazer o envio de logs para soluções externas de forma granular;
- 9.9.20 Deve permitir o monitoramento de:
- Situação do dispositivo/cluster;
 - Principais aplicações;



- c) Principais aplicações por risco;
- d) Administradores autenticados na gerência da plataforma de segurança;
- e) Número de sessões simultâneas;
- f) Uso de CPU;
- g) Os seguintes relatórios/dashboards devem ser suportados:
- h) Resumo gráfico de aplicações utilizadas;
- i) Principais aplicações por utilização de banda;
- j) Principais aplicações por taxa de transferência de bytes;
- k) Visibilidade sobre eventos de IPS e antivírus;
- l) Estatísticas de acesso de um usuário específico;
- m) Estatísticas sobre a utilização da rede de forma geral;
- n) Deve permitir a criação de relatórios personalizados;
- o) Deve enviar os relatórios automaticamente para e-mails pré-definidos;
- p) Deve possibilitar relatórios nos formatos PDF e HTML

10. DO MODO DE EXECUÇÃO

10.1 A empresa contratada para a execução dos serviços especializados atuará de forma integrada no atendimento às demandas da Prefeitura Municipal, bem como de todas as secretarias, departamentos, unidades administrativas a ela vinculadas, abrangendo tanto a sede do Poder Executivo quanto suas estruturas descentralizadas.

10.2 A prestação dos serviços deverá atender de forma uniforme e padronizada às necessidades operacionais e estratégicas dos diversos setores da Administração Pública Municipal, garantindo a continuidade, a segurança, a eficiência e a interoperabilidade dos sistemas e recursos tecnológicos utilizados. A contratada deverá observar os princípios da economicidade, disponibilidade, escalabilidade e conformidade com as diretrizes institucionais de governança de TIC.

10.3 Assim, a abrangência dos serviços contempla não apenas o suporte técnico e operacional, mas também as atividades de manutenção, atualização, monitoramento, gestão de ativos e demais demandas correlatas, independentemente da unidade organizacional solicitante, conforme estabelecido no escopo contratual.

11. DA EXIGÊNCIA PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 O objeto da licitação exige expertise avançada em Segurança da Informação, Proteção de Dados e Infraestrutura de TIC, incluindo a implantação de um Next Generation Firewall (NGFW), adequação à LGPD e governança de riscos. Diante disso, a qualificação técnica



rigorosa é indispensável para garantir que a empresa contratada tenha capacidade plena para cumprir com o objeto do contrato.

12. DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO NR-10 E NR-35

12.1 A exigência das Normas Regulamentadoras NR-10 e NR-35 é plenamente necessária quanto as atividades específicas que serão executadas no âmbito do contrato.

12.2 **A NR-10** assegura que os técnicos envolvidos tenham a qualificação necessária para lidar com os riscos elétricos, cumprindo com as exigências legais de segurança no trabalho e evitando responsabilizações por omissão de medidas de segurança.

12.3 No contexto do serviço a ser licitado, as atividades que demandam essa certificação incluem: a) Conexões de energia elétrica de equipamentos de TIC; b) Manutenção preventiva e corretiva de redes e dispositivos energizados; c) Instalação de infraestrutura de rede interligada a sistemas de alimentação elétrica.

12.4 Nesse viés, considerando a natureza das atividades que envolvem riscos elétricos, é imprescindível a comprovação da certificação dos técnicos, de modo a estabelecer requisitos mínimos para garantir a segurança dos trabalhadores.

12.5 **A NR-35** por sua vez, regulamenta o trabalho em altura, definido como qualquer atividade realizada acima de 2 metros do nível inferior com risco de queda.

12.6 A exigência da NR-35 é uma medida preventiva que visa mitigar os riscos ocupacionais associados ao trabalho em altura, garantindo que os profissionais estejam devidamente treinados e habilitados para realizar suas funções de maneira segura e eficiente.

12.7 Cabe ressaltar que este TR prevê atividades como: a) Instalação de câmeras de videomonitoramento (segurança eletrônica); b) Fixação de equipamentos em postes, fachadas ou estruturas elevadas; c) Acesso a salas técnicas situadas em locais elevados ou de difícil acesso. As quais nessas condições se torna fundamental a certificação dos profissionais conforme NR-10 e NR-35 previamente à execução contratual.

13. DA EXIGÊNCIA DE CONFORMIDADE COM A LGPD

13.1 A Prefeitura Municipal, ao contratar serviços especializados em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), segurança da informação e cibersegurança, deve garantir que a empresa CONTRATADA esteja plenamente em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018). A adoção de medidas de adequação à LGPD é essencial para proteger a privacidade e a segurança dos dados tratados no ambiente da Administração Pública, reduzindo riscos de vazamentos, acessos indevidos e sanções legais.

13.2 A Lei 14.133/2021, que rege as contratações públicas, estabelece em seu artigo 11,



inciso IV, que os contratos administrativos devem estar alinhados aos princípios da eficiência e da governança pública. Além disso, o artigo 25, inciso II, determina que a Administração deve adotar critérios de segurança da informação na contratação de soluções tecnológicas.

13.3 Diante disso, exige-se que a empresa CONTRATADA comprove sua conformidade com a LGPD, por meio da apresentação de:

- a) Políticas de Privacidade e Proteção de Dados, demonstrando diretrizes internas para tratamento e segurança das informações;
- b) Capacitação e Treinamento dos Colaboradores, garantindo que a equipe técnica compreenda e aplique as diretrizes da LGPD na execução dos serviços;
- c) Designação formal de um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), caso aplicável, assegurando a governança e fiscalização do cumprimento da legislação dentro da organização;
- d) Certificados e treinamentos que comprovem a capacitação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.

13.4 A exigência de conformidade com a LGPD não configura restrição indevida à competitividade, mas sim uma medida essencial para garantir que a prestação dos serviços ocorra dentro dos padrões legais e com total segurança jurídica. Ao adotar essa exigência, a Prefeitura assegura que os dados institucionais e pessoais tratados no ambiente da Administração Municipal estarão devidamente protegidos, prevenindo impactos negativos decorrentes de falhas ou negligências no cumprimento da legislação.

13.5 Portanto, considerando a sensibilidade das informações envolvidas no contrato e a necessidade de alinhamento às melhores práticas de governança e segurança da informação, a demonstração de conformidade com a LGPD pela CONTRATADA é um critério técnico indispensável para a execução do objeto deste Termo de Referência.

14. DA PROXIMIDADE GEOGRÁFICA

14.1 A viabilidade de proximidade geográfica da empresa contratada encontra fundamento na própria natureza do serviço a ser prestado, uma vez que o contrato prevê um nível de serviço com prazo máximo de atendimento de 60 minutos a partir da abertura do chamado, bem como a presença física semanal da equipe técnica e o suporte in loco a diversas unidades administrativas.

14.2 Tratando disso, a manutenção de sede no Estado de Rondônia ou de central de atendimento dentro de um raio máximo de 500 km do município de Alta Floresta D'Oeste/RO revela-se indispensável para assegurar a agilidade na resolução de incidentes, reduzir o



tempo de indisponibilidade dos sistemas e garantir a continuidade dos serviços de TIC em ambientes considerados críticos para a Administração.

14.3 Além disso, a proximidade operacional viabiliza o cumprimento eficiente das obrigações contratuais, evitando deslocamentos excessivos que poderiam comprometer a regularidade dos atendimentos e gerar prejuízos diretos à coletividade usuária dos serviços públicos.

14.4 A medida, portanto, atende ao princípio da eficiência administrativa e ao interesse público, conforme previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal, e no artigo 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sendo plenamente legítima à luz da jurisprudência, que admite a delimitação geográfica sempre que esta se mostre necessária e justificada, configurando assim um instrumento que assegure a adequada execução contratual.

15. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

15.1 A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a Administração Pública deve pautar suas contratações em princípios como eficiência, competitividade, economicidade e segurança jurídica. O artigo 11 da referida lei reforça a necessidade de adoção de práticas que garantam governança pública e eficiência na execução dos contratos.

15.2 Ademais, o artigo 25, inciso II, permite que a Administração estabeleça critérios técnicos específicos na qualificação dos licitantes, desde que justificados pela necessidade de garantir um serviço adequado e seguro. Já o artigo 37, XXI, da Constituição Federal autoriza a fixação de requisitos proporcionais à complexidade do objeto licitado.

16. DO ATENDIMENTO

16.1 Deverá ser realizado em horário comercial de segunda à sexta-feira, de modo presencial, por meio dos Gerentes de TI, Analistas de TI e suportes técnicos da CONTRATADA, este procedimento visa ser contemplado todo o escopo listado neste Termo de Referência.

16.2 Os atendimentos que não exigirem intervenção física, poderão ser realizados por meio de suporte remoto fazendo utilização de aplicativos para esta finalidade, dentro dos padrões de segurança definidos pela CONTRATANTE.

16.3 Sendo que os demais atendimentos referentes a intervenção lógica à servidores e área de trabalho quando necessário, poderão ser realizados de forma remota, dentro de padrões de segurança

16.4 Em casos de emergência que venha comprometer a infraestrutura, deverá ser comunicado de forma imediata à CONTRATADA, para que a mesma possa executar os



procedimentos necessários para restabelecer o funcionamento da infraestrutura.

16.5 A **CONTRATADA** será responsável, de forma exclusiva, pela prestação de serviços de Consultoria Especializada para a implementação das adequações necessárias à conformidade com a LGPD, conforme o escopo definido no objeto deste TR.

16.6 Instalação e desativação de equipamentos pertencentes a Prefeitura Municipal e demais Secretarias, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 A fiscalização e o acompanhamento relativos à entrega dos serviços serão gerenciados pela Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO, sendo que qualquer descumprimento por parte da contratada deverá ser encaminhado pela mesma à exposição dos motivos e às divergências existentes, como falhas ou descumprimento do Edital de Licitações, nos termos do disposto no artigo 117 da Lei 14.133/21, por parte da contratada, por meio de Documento Oficial (OFÍCIO), datado, assinado e protocolado ao Setor Responsável desta Prefeitura Municipal.

17.2 A contratante poderá solicitar quando julgar conveniente, informações relativas ao fornecimento do objeto, sem que tal atividade implique em qualquer responsabilidade da Fiscalização sobre as ações da contratada;

17.3 A contratante deverá atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento do fornecimento do objeto, acompanhamento este que não eximirá a contratada das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à contratante ou a terceiros;

17.4 A contratante deverá proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa desempenhar a plena execução do objeto;

17.5 A contratada deverá comunicar o órgão contratante de todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo a contratante sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

17.6 A contratante poderá a qualquer momento solicitar a empresa contratada sempre que julgar necessário, todas as providências quanto ao fornecimento dos serviços, objeto deste TR;

18.7 A contratante deverá efetuar os pagamentos à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência, após conferência e o atesto de recebimento pelo local de aquisição do objeto, seja a Prefeitura ou Secretaria dependente deste processo.



19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 19.1 Atender a todas as condições descritas no TR, bem como do Edital de Licitação;
- 19.2 Cumprir fielmente os itens: 1 e 9 deste TR, o não cumprimento acarretará em quebra de contrato podendo até ser suspenso o contrato.
- 19.3 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante todo o período de execução do objeto;
- 19.4 Executar o objeto desta Licitação de acordo com as especificações e demais condições estipuladas pelas Secretarias e pela **Prefeitura Municipal** conforme as especificações contidas no TR. O descumprimento destes por parte da contratada ocasionará penalidades previstas na Lei de Licitações 14.133/21 e sanções legais cabíveis, a mesma estará ainda sujeita a indenizar a contratante por qualquer dano causado que esteja vinculado a serviços prestados de má qualidade ou de forma inadequada.
- 19.5 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante todo o período de execução do objeto;
- 19.6 Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste TR, sem prévia autorização da contratante;
- 19.7 Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante; substituir e corrigir as suas expensas, no todo em parte seja, em que se verifiquem danos e/ou falhas, bem como, providenciar a regularização das mesmas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 19.8 Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do objeto e às demais informações internas da contratante, a que a Contratada tiver conhecimento com base nas boas práticas da lei N. 13.709 LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- 19.9 Indenizar imediatamente a CONTRATANTE por todo e qualquer prejuízo material ou pessoal comprovadamente que possa advir direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes do exercício de seu fornecimento dos serviços;
- 19.10 Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas em lei, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento da contratante.
- 19.11 Não transferir a outrem a execução do fornecimento do objeto, ainda que pequenas subempreitada ou tarefas.
- 19.12 A empresa adjudicatária será obrigada a refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo estabelecido, os serviços entregues em desacordo com as exigências,



especificações e normas técnicas enquadrados neste Termo.

19.13 O não atendimento de notificação emitida pela Prefeitura Municipal ou Secretaria, a CONTRATADA, estará sujeita a aplicação das sanções legais cabíveis;

19.14 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais sucintos deste objeto.

19.15 A contratada não poderá realizar subcontratações de empresas terceiras, com o objetivo de atenderas condições descritas no Termo, bem como do Edital de Licitação.

20. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

| Item | Descrição | Unid. | Quant. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---|-------|--------|----------------|-------------|
| 01 | Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), abrangendo implantação, configuração e suporte de solução Next Generation Firewall (NGFW), segurança eletrônica, privacidade e proteção de dados, segurança da informação e cibernética pelo período de 06 (seis) meses. | Mês | 06 | R\$ 28.001,67 | 168.010,02 |

21. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 Serão utilizados os seguintes recursos:

Unidade Orçamentária: 02002 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

Projeto Atividade: 2004 Manut. das Atividades da SEMAF;

Elemento de despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

22. ESTIMATIVA DE CUSTO

22.1 O valor estimado para a presente contratação é de R\$168.010,02 (Cento e sessenta e oito mil, dez reais e dois centavos.).

23. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



23.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, da Lei Federal 14.133/2021 e responsabilidades civil e criminal:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento).

b) Até 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do edital, inclusive prazo de entrega.

23.2 Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrarem o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à administração municipal pelo infrator:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

23.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

24. DO PAGAMENTO

24.1 A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste - RO se compromete a efetuar o pagamento mensalmente após a execução dos trabalhos, comprovado mediante apresentação de Nota Fiscal e demais certidões ao Departamento Financeiro.

24.2 Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada;



- II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS fornecido pela CEF - Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;
- III - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio da Licitante.
- IV - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União, devidamente atualizada;
- V - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da Licitante.

25. LOCAL E DATA ASSINATURA DO ÓRGÃO INTERESSADO E DO OREDENADOR DE DESPESA.

Alta Floresta D'Oeste, 03 de setembro de 2025.

Autorizo na Forma da Lei,

Cleber da Silva Assis

Secretário SEMAF

Giovan Damo

Prefeito Municipal

Este Termo foi elaborado por:

Ibrahim Portugal C. Pego

Matrícula: 5427



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – LEI 14.133

4. INTRODUÇÃO

- 4.1. As contratações municipais produzem um certo impacto na atividade econômica, tendo em visto que os recursos envolvidos são instrumento de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.
- 4.2. A Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe que a descrição da necessidade da contratação deve ser fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido. Neste sentido, afirma que o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.
- 4.3. Desta forma, buscamos formalizar futura e eventual **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), abrangendo implantação, configuração e suporte de solução Next Generation Firewall (NGFW), segurança eletrônica, privacidade e proteção de dados, segurança da informação e cibernética**, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste, por um período de 06 (seis) meses.

5. DO OBJETO

- 2.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), abrangendo implantação, configuração e suporte de solução Next Generation Firewall (NGFW), segurança eletrônica, privacidade e proteção de dados, segurança da informação e cibernética pelo período de 06 (seis) meses, através de Pregão Eletrônico, aos moldes da Lei 14.133/21.



6. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 6.1. Dada a crescente complexidade e sofisticação das ameaças cibernéticas e a necessidade de garantir a privacidade e a segurança dos dados, torna-se essencial contar com uma solução robusta, eficaz e atualizada para proteger as redes e sistemas da organização.
- 6.2. Com o aumento do número de ataques cibernéticos e a necessidade de proteger informações críticas e dados sensíveis, a contratação de uma empresa especializada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) se torna imprescindível para garantir a segurança da informação, a privacidade dos dados e a proteção cibernética da Prefeitura Municipal e entidades vinculadas.
- 6.3. A necessidade de contratação visa garantir a implantação, configuração, operação e suporte contínuo de uma solução de Next Generation Firewall (NGFW), abrangendo um conjunto de serviços críticos para a segurança da informação.
- 6.4. Esta solução deve garantir a conformidade com as normas e regulamentações de proteção de dados pessoais, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assegurando que as informações sensíveis sejam tratadas de forma segura e em conformidade com as exigências legais e éticas.
- 6.5. Além disso, a empresa deverá fornecer todo suporte técnico especializado, incluindo monitoramento contínuo, análise de incidentes, resolução de problemas e aplicação de atualizações de segurança regulares, para garantir que as defesas contra ameaças estejam sempre atualizadas.
- 6.6. Portanto, através desse processo espera-se promover a eficiência administrativa, proteger informações de dados sensíveis e monitorar a segurança de maneira eficiente. Investir nessa infraestrutura é investir no desenvolvimento e na qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Trata-se de demanda para licitação eletrônica, fundamentada nos termos do Art. 29 da Lei nº14.133/2021, sem prejuízo das regras e prazos previstos em Regulamento específico, correlato ao serviço.



- 4.2 O serviço aqui descrito é de natureza comum, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, pois seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do inc. XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021.
- 4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

- 5.1 Com supedâneo no estudo técnico elaborado pela equipe responsável, a projeção de demanda para o exercício 2025, leva em consideração o período remanescente até o término do exercício.

| Item | Descrição | Unid. | Quant. Mensal | Valor Unitário |
|------|---|-------|------------------|-------------------|
| 1 | Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), abrangendo implantação, configuração e suporte de solução Next Generation Firewall (NGFW), segurança eletrônica, privacidade e proteção de dados, segurança da informação e cibernética pelo período de 06 (seis) meses. | MÊS | 06 | R\$ 28.001,67 |

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Com base na pesquisa de preços que vem sendo praticados atualmente no mercado referente ao serviço desse processo, verificou-se que o valor médio estimado deste processo é de R\$ 168.010,02 (Cento e sessenta e oito mil dez reais e dois centavos), conforme análise de cotação nº 62/2025 gerada pelo sistema Elotech.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 10.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), abrangendo implantação, configuração e suporte de solução Next Generation Firewall (NGFW), segurança eletrônica, privacidade e



proteção de dados, segurança da informação e cibernética, por meio de Pregão Eletrônico, com disponibilidade de 24 (vinte e quatro) horas por dia, por um período de 06(seis) meses.

11. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 8.1 A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a Administração Pública deve pautar suas contratações em princípios como eficiência, competitividade, economicidade e segurança jurídica. O artigo 11 da referida lei reforça a necessidade de adoção de práticas que garantam governança pública e eficiência na execução dos contratos.
- 8.2 Ademais, o artigo 25, inciso II, permite que a Administração estabeleça critérios técnicos específicos na qualificação dos licitantes, desde que justificados pela necessidade de garantir um serviço adequado e seguro. Já o artigo 37, XXI, da Constituição Federal autoriza a fixação de requisitos proporcionais à complexidade do objeto licitado.

12. DA EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.1 O objeto da licitação exige expertise avançada em Segurança da Informação, Proteção de Dados e Infraestrutura de TIC, incluindo a implantação de um Next Generation Firewall (NGFW), adequação à LGPD e governança de riscos. Diante disso, a qualificação técnica rigorosa é indispensável para garantir que a empresa contratada tenha capacidade plena para cumprir com o objeto do contrato.

13. DA EXIGÊNCIA DE SEDE NO ESTADO DE RONDÔNIA

- 10.1 A exigência de que a empresa vencedora possua sede no Estado de Rondônia, ou pelo menos um ponto de atendimento físico dentro do raio de 500 km do município, visa, garantir a eficiência e continuidade do serviço contratado, conforme os princípios estabelecidos no artigo 5º, IV, e artigo 11, IV da Lei nº 14.133/2021.



14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

- 8.1 Pelas características da contratação em tela, o serviço será licitado para execução, tendo como critério de julgamento menor preço por item, atendendo assim, a todas as prerrogativas legais pertinentes à matéria em apreço.

15. BENS DE CONSUMO (COMUM E LUXO)

- 15.1. Os serviços a serem adquiridos através desse processo são de natureza comum, conforme o art. 20 da Lei n. 14.133/2021, para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aceitação de artigos de luxo.

16. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 10.1 Com a implementação de medidas de segurança mais eficazes, espera-se uma significativa redução no número de incidentes de segurança, minimizando o tempo e os recursos gastos em reações a ataques cibernéticos proporcionando uma maior eficiência operacional enquanto as ferramentas de segurança fazem o monitoramento e a mitigação de ameaças em tempo real.

17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 11.1 O serviço a ser contratado, não gera obrigações correlatas e ou interdependentes, exaurindo os efeitos a partir do cumprimento das obrigações entre as partes contratantes.

18. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

- 12.1 A Prefeitura Municipal, adotará todas as providências indispensáveis ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas no instrumento contratual.
- 12.2 A rede local interna já se encontra construída, não sendo necessária nenhuma providência a ser adotada, para esta finalidade.



19. IMPACTOS AMBIENTAIS

- 13.1 Não foram identificados possíveis impactos ambientais decorrentes de tal prestação de serviço, haja vista que sua ocorrência se dá em fornecimento de terceiros.

20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

- 20.1. O Estudo Preliminar foi conduzido de forma a demonstrar se a pretendida contratação irá agregar valor nos serviços que são executados pelas Secretarias Municipais.
- 20.2. Os questionamentos em apreço foram respondidos de maneira assertiva ao tempo em que foram elaborados os estudos contidos neste ETP.
- 20.3. Sendo assim, se dá por encerrado o ETP, motivo pelo qual assegura a viabilidade da contratação para solução de alguns problemas.
- 20.4. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação se mostra possível, haja vista que são recursos necessários para esta administração, motivo pelo qual assegura a viabilidade da contratação.
- 20.5. Diante do exposto, atesta-se a viabilidade do serviço pretendido.

21. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Ibrahim Portugal Carvalho Pêgo
Matrícula: 5427

Alta Floresta D'Oeste – RO, 03 de setembro de 2025



ANEXO II

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação. Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará dos licitantes classificados provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Documentação de Habilitação exclusivamente via Sistema, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas, conforme descrito no preâmbulo deste edital.

1-HABILITAÇÃO JURIDICA:

- a) Documentos de Identidade e do CPF do representante legal da licitante.
- b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (cartão CNPJ);
- c) Contrato Social ou instrumento equivalente, em vigor; que comprove o ramo de atividade da empresa, o qual deverá ser compatível com o objeto do Pregão.

2-QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- d) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda **Federal**.
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**.
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**(Lei nº 12.440/11).
- j) **Declaração Conjunta** conforme modelo, Anexo V deste edital e/ou **DECLARAÇÃO ÚNICA**, disponível no rol HABILITANET do sistema LICITANET.

3- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1 Diante da complexidade técnica do objeto deste TR, juntamente com sua proposta comercial, a licitante deverá apresentar Atestados de Capacidade Técnica compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto a ser contratado, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da respectiva nota fiscal, que deram origem ao Atestado. (APRESENTAR NA HABILITAÇÃO).

3.2 PARA EFEITO DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DEVERÁ APRESENTAR;

3.2.1 A licitante deverá apresentar a relação explícita ou a declaração formal da sua disponibilidade de equipamentos, ferramental, instalações físicas apropriadas e específicas, bem como pessoal técnico especializado para realização dos serviços que são objeto deste certame.

3.2.2 A LICITANTE deverá comprovar que possui em seu quadro de funcionários registrados ou contratados por meio de CONTRATO DE TRABALHO, profissionais que, em conjunto, atendam aos seguintes requisitos:

- a) Profissional com formação de Nível Superior na área de Informática e Tecnologia da Informação, com especialização em redes de computadores e segurança da informação, com certificações em sistemas, administração de servidores e conhecimento na Lei 13.709 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados). Deverá ser apresentada a comprovação por meio de



diploma, certificado da especialização e registro do profissional no quadro da empresa ou contrato de trabalho vigente.

b) Profissional certificado com conhecimento em práticas de gestão dos serviços de TI.

c) Profissional com experiência em gerenciamento de processos de governança de TI.

d) Profissional certificado na ABNT NBR ISO/IEC 27002 – Segurança da Informação, Segurança Cibernética e Proteção à Privacidade, com conhecimento em controles de segurança da informação.

e) Profissional especializado em PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS, sendo este voltado para a Lei 13.709/2018 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados).

f) Profissional com treinamento especializado em Segurança da Informação e Cibernética com base na ISO/IEC 27001.

g) Profissional com treinamento especializado em Privacidade e Proteção de Dados.

h) Profissional com treinamento especializado em Gestão de Riscos, com base na ABNT NBR ISO 31000:2018 e ABNT NBR ISO/IEC 27557:2023.

i) Profissional especializado em CIBERSEGURANÇA.

l) Profissional com treinamento em SEGURANÇA ELETRÔNICA.

m) A licitante deverá apresentar responsável técnico habilitado (s), e registrado (s) junto ao órgão competente (CREA) Certidão de Registro de Quitação Pessoa Física CREA com ENGENHEIRO ELETRICISTA artigos 08 e 09 da res. 218/73 do CONFEA e Certidão de Registro de Quitação Pessoa Jurídica CREA.

3.2.3 A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico, expedido por entidade competente, do(s) responsável(is) técnicos, comprovando a execução dos serviços contratados.

3.2.4 A licitante deverá apresentar declaração do(s) responsável(is) técnico(s) pela prestação dos serviços contratados.

3.2.5 A licitante deverá apresentar declaração e certificado de comprovação de que seus técnicos, que atuarão nas dependências da Prefeitura Municipal e Entidades Vinculadas, possuam certificação em NR10 e, quando aplicável, NR35 garantindo a conformidade com as normas de segurança.

a) NR-10 - Esta é a Norma Regulamentadora emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil que tem por objetivo garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que interagem nas instalações e serviços com eletricidade.

b) NR-35 - Esta é a Norma da qual estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.

3.2.6 Profissional com, conhecimento voltado à linguagem SQL (Linguagem de Consulta Estruturada).

3.2.7 Profissional com, conhecimento especializado voltado à Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGDB).

3.2.8 Profissional contendo treinamento e certificação em Next Generation Firewall (NGFW), esta refere-se à obtenção de uma certificação que valida as habilidades e conhecimentos de um profissional em relação ao design, implementação, configuração e gerenciamento de firewalls de próxima geração, a mesma deverá ser reconhecida na indústria de segurança da informação em âmbito nacional e internacional.



3.3 As comprovações de vínculos profissionais deverão ser feitas da seguinte forma:

3.3.1 Mediante apresentação da Carteira de Trabalho Digital ou documento equivalente, acompanhada de documento de identificação oficial, no caso de empregado da licitante, ou Contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou; No caso de dirigente ou sócio, do Contrato Social.

3.3.2 A licitante deverá apresentar declaração, assinada pelo responsável legal da empresa, atestando que a empresa encontra-se em plena conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018). Considerando o objeto contratado que envolve a prestação de serviços em Segurança da Informação e Cibersegurança à PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO, essa exigência visa assegurar que a CONTRATADA tenha adotado as práticas de governança e proteção de dados necessários para atuar como OPERADORA, conforme descrito no artigo 5º, inciso VII, da LGPD.

A comprovação desta conformidade deverá ser evidenciada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

3.3.3 Política de Privacidade e Proteção de Dados, evidenciando as diretrizes aplicadas pela empresa para o tratamento de dados pessoais e sensíveis;

3.3.4 Designação formal de um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), conforme exigido pela legislação;

3.3.5 Certificados e treinamentos que comprovem a capacitação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

k) Certidão negativa de Falência ou Recuperação Financeira expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias caso não conste o prazo de validade.

Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;

J) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

- O Balanço Patrimonial deverá possuir:
- Índices Contábeis e respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo;
- Assinatura do Contador e do titular ou representante legal da Entidade no BP e DRE (podem ser assinados digitalmente),
- Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);
- Certidão de Regularidade Profissional do contabilista no Balanço Patrimonial para comprovar que o Contador é habilitado na data de elaboração do BP;
- Admitido ainda a apresentação do Balanço via SPED.
- A data limite de apresentação do BP do Exercício Financeiro anterior é **30 de abril** do ano subsequente, conforme art. 1.078 do [Código Civil](#).
- Para empresas que fazem uso do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a data limite é **30 de junho** do ano subsequente conforme estabelecido no Código Civil segundo o [Acórdão TCU nº 1999/2014 Plenário](#).



DECLARAÇÕES: (Anexo V)

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- ✓ Que não utiliza de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60:

§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

OUTRAS DISPOSIÇÕES:

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art.43 da Lei Complementar nº 123/06.

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.



As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 155 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: www.receita.fazenda.gov.br, www.sefin.ro.gov.br, www.previdenciasocial.gov.br, www.caixa.gov.br, www.tj.ro.gov.br e www.tst.jus.br, respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.



ANEXO III
ESTIMATIVA DE CUSTOS
(Relação de Itens)

| Item | Descrição | Unid. | Quant. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---|-------|--------|----------------|-------------|
| 01 | Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), abrangendo implantação, configuração e suporte de solução Next Generation Firewall (NGFW), segurança eletrônica, privacidade e proteção de dados, segurança da informação e cibernética pelo período de 06 (seis) meses. | Mês | 06 | R\$ 28.001,67 | 168.010,02 |

Valor Máximo : **R\$168.010,02(cento e sessenta e dois mil, dez reais e dois centavos)**

Atenção: Para preenchimento da Proposta (Anexo IV) deve-se seguir estritamente esta ordem e numeração dos itens, facultando ao licitante participar **apenas dos itens** de seu interesse.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Os interessados podem apresentar proposta para quaisquer dos **ITENS/LOTES** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.
- 1.2 Independentemente de o critério de julgamento ser pelo valor do **ITEM**, do **LOTE**, ou **GLOBAL**, os itens serão analisados pelo valor unitário. Qualquer item que tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.
- 1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.



ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À
PREFEITURA DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº
PROCESSO Nº

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos objetos abaixo discriminados, conforme Edital, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE E CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

Declaramos que o [e-mail](#) informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todas as comunicações oficiais, inclusive notificações, e nos comprometemos em mantê-lo atualizado junto à Prefeitura de Alta Floresta D Oeste-RO.

Declaramos conhecer e concordar com todas as condições deste edital e seus anexos e apresentamos nossa proposta de preços para o fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | UND | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|-------------|-----------|-----|-----|-------|-------------|-------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| VALOR TOTAL | | | | | | |

Atenção: O preenchimento desta proposta deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos, incluindo a Marca (quando houver) sob pena de invalidação da proposta.

Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (no mínimo 60 (sessenta) dias), contados da apresentação da proposta final corrigida.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: Conforme o Termo de Referência e Edital.

As despesas relativas a eventuais trocas dos produtos por força da garantia correrão por conta da contratada.

Declaramos, sob as penalidades da lei, que:



O(s) produto(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconicionado(s), não remanufaturado (s) ou reciclado(s).

Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.

Declaramos também que:

a) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste/RO antes da abertura oficial das propostas;

A empresa declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la e que tem ciência que "a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____ /202X.

A(nome da empresa)....., CNPJ/MF Nº, sediada
(endereço completo)....., telefone para contato ..(.....)....., e-mail, Declaramos para
todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que
se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- ✓ Que não utiliza de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60.:

§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Local e Data,

(Responsável legal e assinatura)

** Quando do não envio desta declaração, poderá ainda ser utilizado o relatório de Declaração expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.*



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PROC N.º 00000/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000/2025

TERMO DE CONTRATO DE Nº ____/_____, QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTA
FLORESTA D OESTE E A EMPRESA
_____.

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede e administração na Av. Brasil bairro redondo, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta D'Oeste, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º, expedida pela (o), e CPF n.º, tendo em vista o que consta no Processo n.º 0xxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da Lei n.º 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a para atender as necessidades da Secretaria Municipal XXXXXXXXXXXXXXXX, que serão entregues conforme as condições do anexo do Edital, PELO PERÍODO DE ____ (_____) MESES, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

| ITEM | CÓD | DESCRIÇÃO | UND | QNT. | MARCA | V. UNT | V. TOTAL |
|-------------|-----|-----------|-----|------|-------|--------|----------|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | | | |

2 1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data assinatura por até ____ (_____) meses, prorrogável por até ____ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e Decreto Municipal n.º/2025.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da aquisição é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = 1/365 \quad I = 6/100/365 \quad I = 0,00016438$

Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizada em

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº/2023;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.



7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município; b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;



8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a



promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.



13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1.: As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento 2025 e 2025 onde o recurso encontra-se na dotação orçamentária: Categoria Econômica n.º 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

** Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade caso houver necessidade*

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta D Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Alta Floresta D Oeste, ____ de _____ de 2025.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO